

Um Congresso mais favorável

18 MAR 1991

Carlos Chagas

Com muita graça o deputado Jamil Hadad, do Partido Socialista, definiu o que lhe parece a realidade nacional: "No início do governo Collor tivemos o pacotaço, há pouco mais de um mês veio o tarifaço e, agora, recebemos o calhamacaço..." Há, porém, uma diferença. Nas duas vezes anteriores o presidente agiu imperialmente, de cima para baixo. Editou medidas provisórias e decretos, sem deixar à sociedade condições de discutir ou debater suas propostas. Respaldado nos 36 milhões de votos que obteve, atuou. Obteve sucesso na medida em que a inflação ia para os 90 por cento ao mês e, depois de queda sensível, acomodou-se em torno dos 20 por cento. Os efeitos, porém, foram crueis: recessão, desemprego e queda no Produto Interno Bruto.

Por isso, ao completar um ano de governo, Collor preferiu outra via. Lançou um plano de metas, sob a irônica sigla de PRN, que se é o Projeto de Reconstrução Nacional, também é o pequeno partido sob cuja legenda se elegeu. Ao invés de cercá-lo de medidas provisórias e de decretos, preferiu os enunciados. E indicou os caminhos, sugerindo que esta mudança se faça por projeto de lei e aquela por emenda constitucional.

Abriu-se, o Presidente, ao entendimento e ao diálogo. Quer a sociedade civil debatendo as metas apresentadas. Oferecendo opções e alternativas. Assim como o Congresso, na realidade quem dará a última palavra quando chegar a hora da elaboração das emendas constitucionais e dos projetos de lei. Uma sensível mudança de métodos e de postura, a coincidir com o seu primeiro ano de mandato.

Exposta a teoria, vamos à prática, ou, ao menos, à sua prospecção. Terá o Congresso

condições de implantar todas as mudanças sugeridas? Irão deputados e senadores, em maioria, rezar pela cartilha oficial? Aceitarão sugestões e pressões de entidades representativas do meio civil?

Não é fácil tirar o perfil de um Congresso que mal inicia seus trabalhos, impulsionado ainda pela emoção dos palanques e pela ilusão de seus integrantes, imaginando seus membros poderem salvar o País mediante discursos. Mas há um dado positivo para o Governo: com a posse, ontem, dos novos governadores, o quadro muda favoravelmente para o Palácio do Planalto. Explica-se por meio de um silogismo político. "Os governadores, para governar, precisam do Governo Federal" — é a primeira premissa. "Os deputados e senadores, para se afirmarem, precisam dos governadores" — é a segunda. Logo, surge a conclusão: "Os deputados e os senadores precisam ser simpáticos ao Governo Federal..."

Não terá sido por coincidência, assim, que o Projeto de Reconstrução Nacional surgiu na véspera da posse dos novos governadores. O Presidente desiste de impor e sugere compor, no caso, com o Congresso, mas levando embutida na sugestão uma bomba de retardamento. Se o Congresso não implantar as reformas, como ficam as coisas? De quem será o ônus, perante a opinião pública? E ele mesmo, como fica? De mãos amarradas? Com o sua sorte ligada às de Getúlio Vargas, Jânio Quadros ou João Goulart?

O clima parlamentar tornou-se mais favorável a Collor, no geral, ainda que no particular pareça difícil a aprovação de todas as metas. Certos mitos ou tabus estão aí mesmo. Interesses, também.